

AS ORIGENS DA PROFISSÃO DOCENTE NA FRANÇA. OS PROFESSORES DOS COLEGIOS PARISIENSES SOB O ANTIGO REGIME (EM TORNO DE 1660 E 1793)¹

*Aux origines de la profession enseignante en France. Les professeurs des collèges
parisiens sous l'Ancien Régime (vers 1660-vers 1793)*

*The origins of the teaching profession in France. The teachers of the parisian
colleges in the 17th and 18th centuries (c. 1660-c. 1793)*

Boris NOGUÈS²

RESUMO

O estudo aborda os elementos que explicam a profissionalização docente, no espaço raramente estudado da Universidade de Paris, muito diferente daquele das congregações dos jesuítas ou oratorianos. Os professores seculares³ parisienses partilham um estatuto universitário antigo e protetor (eles são irremovíveis e independentes do superior do estabelecimento) e de hábitos comuns, que nutrem uma identidade corporativa forte. Eles se beneficiam, a partir de 1719 de salários regulares e confortáveis (mais de 2000 livres em 1789) pagos pelo Estado. A duração da carreira de professor se prolonga e o ensino não é mais uma atividade provisória. Consta-se que no século XVIII as carreiras que duram vinte ou trinta anos são frequentes. Esta atividade não é mais reservada aos estudantes em fim de curso que procuram obter um benefício eclesiástico. Estes professores, cada vez mais numerosos, detêm o grau de telologia (15% somente) e recebem uma ordem sagrada (30%), o que mostra que a laicização do grupo começa desde o século XVIII, mesmo que estando longe de acabar. Mas essas evoluções não são acompanhadas de uma renovação curricular, dos conteúdos ensinados ou de posições ideológicas dos professores. Estes homens continuam a escrever as poesias em latim ou panegíricos em benefício dos grandes aristocratas, sem se interessar pelo desenvolvimento das ciências novas. Considerado como conservador, esse grupo é então muito criticado pelos filósofos das Luzes. Ele é suprimido durante a Revolução francesa. Portanto, sua organização serve de modelo à refundação do ensino secundário realizada por Napoleão I, no início do século XIX, e muitas das características próprias aos professores parisienses ainda se encontram entre os professores franceses contemporâneos.

Palavras-chave: Colégios de humanidades; corpo docente; profissionalização; França; Século XVII; Século XVIII.

¹ Este artigo foi publicado na revista *Paris et Île-de-France. Mémoires*, tome 57, 2006, p. 119-145, sob o título « Une corporation enseignante atypique. Les professeurs des collèges parisiens sous l'Ancien Régime (vers 1660-vers 1793). » Apresenta as principais conclusões de minha tese de doutorado defendida em 2002 : B. Noguès, *Des intellectuels entre Église et État. Étude sur les carrières enseignantes dans la faculté des arts de Paris de l'âge classique à la Révolution (vers 1660-vers 1793)*, université de Paris I. A mesma está publicada em B. Noguès, *Une archéologie de corps enseignant. Les professeurs des collèges parisiens aux XVII^e et XVIII^e siècles*, Paris, Belin, 2006. Autorizada tradução e publicação pelo autor. Tradução de autoria de Maria Helena Bastos que é professora no Programa de Pós-Graduação em Educação/PUCRS. Pesquisadora do CNPq. Bolsista CAPES (2010-11) em estágio pós-doutoral no Service d'histoire de l'éducation de l'INRP (Paris-França).

² Pesquisador no Service d'histoire de l'éducation de l'INRP (Paris). Suas primeiras pesquisas foram sobre o corpo docente do ensino secundário e do superior francês, do século XVII ao XIX. Atualmente, trabalha em uma releitura do funcionamento institucional, social e pedagógico das universidades e dos colégios de humanidades na França antes da Revolução de 1789. E-mail : boris.nogues@inrp.fr

³ Professores religiosos que não pertencem à ordens religiosas (N.T.)

RÉSUMÉ

L'étude insiste sur les éléments qui expliquent la professionnalisation de l'enseignement, dans le cadre rarement étudié de l'université de Paris, très différent de celui des congrégations jésuite ou oratorienne. Les professeurs séculiers parisiens partagent un statut universitaire ancien et protecteur (ils sont inamovibles et indépendants du chef d'établissement) et des habitus communs, qui nourrissent une identité corporative forte. Ils bénéficient à partir de 1719 de salaires réguliers et confortables (plus de 2000 livres en 1789), payés par l'État. La durée des carrières enseignantes s'allonge et l'enseignement n'est plus une activité provisoire. On constate qu'au XVIII^e siècle les carrières qui durent vingt ou trente ans sont fréquentes. Cette activité n'est donc plus réservée aux étudiants en fin de cursus qui attendent d'obtenir un bénéfice ecclésiastique. Enfin, ces professeurs sont de moins en moins nombreux à détenir un grade en théologie (15% seulement) et à recevoir un ordre sacré (30%), ce qui montre que la laïcisation du groupe commence dès le XVIII^e siècle, même si elle est loin d'être achevée. Mais ces évolutions ne s'accompagnent pas d'un renouvellement des curricula, des contenus enseignés ou des positions idéologiques des professeurs. Ces hommes continuent à écrire des poésies en latin ou des panégyriques au profit des grands aristocrates, sans s'intéresser au développement des sciences nouvelles. Considéré comme conservateur, ce groupe est donc très critiqué par les philosophes des Lumières. Il est supprimé pendant la Révolution française. Pourtant, son organisation sert de modèle à la refondation de l'enseignement secondaire réalisée par Napoléon I^{er}, au début du XIX^e siècle, et beaucoup de caractéristiques propres aux professeurs parisiens se retrouvent encore parmi les professeurs français contemporains.

Mots-clés: Collèges d'humanités ; corps enseignant ; professionnalisation ; France ; Paris ; 17^e siècle ; 18^e siècle.

ABSTRACT

This study highlights the factors that explain the professionalization of teaching by looking at the rarely studied university of Paris, a different environment from that of the congregation of the Oratory or the Society of Jesus. The Parisian secular teachers shared an ancient and protective academic status (they were tenured and independent from the college director), and had a common habitus – all of which nourished a strong corporate identity. After 1719, they benefited from regular and generous wages paid by the State (more than 2000 livres in 1789). The length of teaching careers increased and education was no longer a temporary activity: in the 18th century, twenty or thirty years careers were common and this teaching activity was no longer reserved for aged students who were waiting to obtain a benefice. Finally, these teachers were less likely to have a degree in theology (15% only) or to receive a sacred order (30%), indicating that a secularization of the group started in the 18th century, even though it was unaccomplished. But these developments were not accompanied by a renewal of curricula, of the content taught or of ideological positions of teachers. These men continued to write poetry in Latin or panegyrics for the benefit of aristocrats, without consideration to the development of the new sciences. Considered as conservative, this group was criticized by the philosophers of the Enlightenment, and suppressed during the French Revolution. Yet this organization served as the model for the refoundation of the secondary education made by Napoleon I in the 19th century, and many characteristics of Parisian teachers before the revolution could still be found among the French contemporary teachers.

Keywords: secondary education ; teachers ; professionalization ; France ; Paris ; 17th century ; 18th century.

A Universidade de Paris da idade moderna, do século XVI ao século XVIII, tem mobilizado pouco os historiadores⁴. Dispomos sobre esse tema tão somente de monografias sobre os estabelecimentos escolares ou de histórias cronológicas que se esforçam em ilustrar a amplitude da decadência moderna⁵. A história da universidade é lida somente através dos estatutos e dos processos verbais de diversas assembleias. Somente a história intelectual da universidade (com os estudos de J. K. Farge e J. M. Gres-Gayer⁶) e a sociologia das populações estudantis foram recentemente abordadas pelos historiadores⁷. Do humanismo à Revolução, a universidade parisiense é portanto muito ativa e tem um papel importante na seleção das elites clericais e administrativas, parisienses como nacionais. Neste contexto histórico e historiográfico, o estudo dos regentes (quer dizer dos professores) da faculdade de artes se reveste de um interesse todo particular⁸. Apesar de seu isolamento na paisagem educativa francesa dominada pelas congregações, eles constituem a referência pouco conhecida da refundação escolar realizada por Napoleão I. O caso parisiense constitui então um link essencial da história do sistema educativo nacional. Dos anos 1660 (que correspondem à estabilização da universidade no cenário absolutista, depois das guerras religiosas) à 1793 (supressão da universidade durante a Revolução francesa), o período corresponde à mais uma aceleração do processo de profissionalização do professor, o que convida, assim, a nos interrogarmos sobre a construção de uma identidade social e cultural própria dessa profissão⁹.

O estudo resulta essencialmente de um trabalho prosopográfico, através do recenseamento de 1700 indivíduos que ensinaram ou solicitaram ensinar em um colégio da universidade de Paris entre 1660 e 1793. Essa demarcação, inspirada em uma história quantitativa hoje menos em moda, justifica-se por sua vez pelo questionamento escolhido e pela carência de recursos legados pela faculdade de artes de Paris. Também permite apreender um objeto composto (uma população) no seu conjunto, e fornecer um meio de responder à pouca e dispersa informações disponíveis sobre cada indivíduo¹⁰. Na falta

⁴ A mesma constatação é realizada por M.-M. Compère, *Les collèges français, 16^e-18^e siècles. Répertoire 3-Paris*, p. 11-18, Paris, 2002.

⁵ Sobre essa historiografia das universidades no espaço europeu, as fontes utilizadas e a problemática dominante da decadência, pode-se recorrer de uma maneira sintética à R. Chartier, J. Revel, « Université et société dans l'Europe moderne : position des problèmes », *RHMC*, t. 25, juillet-septembre 1978, p. 353-357. Para Paris, o gênero cronológico foi inaugurado pela monumental *Historia Universitatis Parisiensis* de César Égasse Du Boulay, Paris, 1665-1673.

⁶ J. K. Farge, *Orthodoxy and Reform in Early Reformation France. The Faculty of Theology of Paris, 1500-1543*, Leyde, 1985 ; J. M. Gres-Gayer, *Théologie et pouvoir en Sorbonne. La faculté de théologie de Paris et la bulle Unigenitus*, Paris, 1991 ; J. M. Gres-Gayer, *Jansénisme en Sorbonne, 1643-1656*, Paris, 1996.

⁷ L. Brockliss, Thèse, 1976, *The University of Paris in the Sixteenth and the Seventeenth Centuries*, que resultou no artigo: « Patterns of attendance at the University of Paris, 1400-1800 », *Historical Journal*, 1978, vol. 21, n°3, p. 503-544. R. Chartier, D. Julia, J. Revel, *Les universités européennes du XVI^e au XVIII^e siècles. Histoire sociale des populations étudiantes*, Paris, t. 1, 1986, t. 2, 1989.

⁸ Um só estudo específico, hoje velho de um século, a ele foi consagrado: M. Targe, *Professeurs et régents de collège dans l'ancienne Université de Paris (XVII^e et XVIII^e siècles)*, Paris, 1902.

⁹ Sobre a noção de profissionalização no ensino, podemos nos reportar à A. Novoa, *Le temps des professeurs : analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e-XX^e siècles)*, Lisbonne, 1987, p. 23-92.

¹⁰ Os primeiros trabalhos prosopográficos tem procurado precisamente a preencher esse tipo de lacunas, por exemplo os estudos sobre os cavaleiros romanos realizados por H. G. Pflaum, *Les carrières procuratoriennes équestres romaines sous le haut Empire romain*, Paris, 1948. Podemos citar nessa perspectiva os trabalhos de C. Charle sur les universitaires au XIX^e siècle : *Les professeurs de la Faculté de lettres de Paris. Dictionnaire biographique*, vol. 1 : 1809-1908, Paris, 1985, vol. 2 : 1909-1939, Paris, 1986 ; *Les Professeurs du Collège de France. Dictionnaire biographique (1901-1939)*, Paris, 1988, etc.

de fontes seriais registrando sistematicamente os professores sobre todo o período, a reconstituição dessas carreiras são, entretanto, aleatórias e lacunares. As categorias não-professores do pessoal da faculdade de artes são ao contrário integradas ao estudo (candidatos à uma regência que não obtêm o posto, *sous-mâîtres*¹¹ do colégio das Quatro Nações, diretores...), com o cuidado de sempre distinguir os professores dos outros nas análises estatísticas. Dessa forma, a população estudada não corresponde estritamente ao grupo de professores que realmente atuou entre 1660 e 1793. Ela agrupa, no entanto, uma parte suficiente para autorizar conclusões significativas.

1- A especificidade dos regentes parisienses

A herança medieval explica em grande parte o particularismo parisiense. Os regentes evoluem em um quadro institucional e estatutário que pouco se modificou depois do fim do século XV, mas que contribui ainda largamente para fortalecer o grupo e para promover os seus interesses. A universidade e as faculdades continuam a ser, no fim do Antigo Regime, associações profissionais clássicas, de tipo corporativo, em que o objeto é enquadrar-se no exercício de uma arte – aqui o ensino e a colação dos graus à Paris – e de proteger seus membros. A Universidade de Paris compreende quatro faculdades (as três superiores de teologia, medicina e direito, e a de artes, com vocação preparatória, que corresponde grosseiramente ao ensino secundário contemporâneo) e quatro « nações » que reagrupam todos os universitários originários de uma mesma região (« França », Normandia, Picardia e « Alemanha »). O reitor, chefe da universidade, que representa a totalidade, é escolhido exclusivamente no interior da faculdade de artes e eleito por ela. Os regentes do colégio monopolizam quase sempre esse função¹², excluindo os estudantes das eleições, com a justificativa de que « os professores [...] são o verdadeiro corpo da faculdade de artes, porque eles são fixos e permanentes, e estão ligados por seu estado e sua fortuna [...] »¹³. O grupo de professores se identifica a uma instituição precisa que o incorpora completamente: a faculdade de artes. A inscrição nesse quadro antigo nutre uma forte consciência corporativa. Mesmo se essas velhas instituições universitárias não parecem assumir na época moderna que um papel formal de controle e de representação, elas contribuem a manter uma memória coletiva pela manutenção das tradições (recepção de novos membros, manutenção de arquivos próprios, cerimônias religiosas, escolares ou urbanas) onde se expressa ainda uma identidade propriamente universitária, que recusa a simples assimilação ao modelo clerical ou à pequena burguesia dos talentos. O pertencimento à faculdade lhes permite, por outro lado, de beneficiar-se de numerosos privilégios reais e apostólicos, como a isenção de impostos ou a « expectativa dos graduados »¹⁴.

¹¹ *sous-mâîtres* : supervisores que se ocupa dos alunos fora da sala de aula, durante os estudos, nas refeições, nas recreações, etc. (N.T.)

¹² Contrariamente ao que se lê na *Histoire générale de l'enseignement en France* de F. Lebrun, M. Venard, J. Quéniart, t.2, p.188, a faculdade de artes designa raramente um estudante ao cargo de reitor. A lista completa de reitores é dada em anexo por C. Jourdain, *Histoire de l'université de Paris aux XVII^e et XVIII^e siècles*, Paris, 1862, que mostra esse fato.

¹³ Bibl. de l'Arsenal, carton 10 294, dossier « Faculté des arts ».

¹⁴ Disposição que reserva aos universitários os benefícios decorrentes de falecimento dos seus detentores durante os meses de janeiro, abril, julho e outubro. Ele é suprimido em 1745 pelos benefícios destinados às almas. Os estudantes

Em Paris, o surgimento do colégio de humanidades, no século XVI, transforma, portanto, profundamente o conteúdo dos estudos na faculdade, mas não constitui uma verdadeira ruptura no estatuto dos professores. Estes se percebem ainda como membros da universidade apesar de serem regentes em um ou outro estabelecimento. A integração de um novo regente ou sua exclusão em caso de falta relevante é uma decisão do tribunal do reitor, composto de docentes que detêm ainda na mão o controle e a reprodução de sua própria corporação. Essa sobrevivência de usos medievais é contestada pelos administradores dos estabelecimentos que asseguram a direção pedagógica do colégio e logicamente desejam controlar completamente o pessoal que devem doravante recrutar e que supõem dirigir. Mas os principais não terão jamais ganho de causa diante dos tribunais e devem suportar os regentes no local, e cumprir as escolhas dos seus predecessores. A imobilidade que beneficia os regentes e a baixa contribuição dos colégios aos salários dos professores privam os administradores de alavancas suscetíveis de garantir sua autoridade. Charles Rollin (1661-1741), que dirigiu o colégio de Dormans-Beauvais até 1712, dá uma idéia da suscetibilidade do corpo docente e a dificuldade de enquadrar aquilo que ele chama de: « A grande habilidade de um diretor consiste em ganhar o espírito dos regentes, a se fazer estimado e amado, a ganhar sua confiança; para isso deve conseguir com maneiras doces, previdentes, elogiosas de toda atitude de superioridade e de desprezo. Porque deve se lembrar que a característica que domina os homens de letras é o amor e a liberdade [...]»¹⁵.

Essa resistência ao diretor ou ao absolutismo real definitivamente reforçou a coesão do corpo professoral que se solidifica entorno de uma nostalgia medieval, mantida com a complacência de seus membros, autores de obras históricas ou de inúmeros elogios à universidade. A produção de César-Égasse Du Boulay (?-1678), regente da faculdade de artes e antigo reitor, é nesse ponto exemplar: de 1665 à 1680 ele publica pelo menos sete obras tratando da história ou do estatuto dos professores¹⁶. As referências à Idade Média são recorrentes na literatura produzida pela universidade e permitem sustentar portanto mais facilmente as reivindicações dos professores que mito e invenções importam mais sobre um saber historicamente fundado. A criação na universidade, em 1629, da festa do « Santo Carlos Magno », restaurador das letras e promotor suposto das primeiras universidades, e depois, em 1674, de uma missa e de um panegírico anuais em sua honra¹⁷ participam dessa reescritura das origens com características mitológicas, que respondem a um recurso de legitimação. A situação medieval é assim sistematicamente idealizada, ampliada e distorcida : « É suficiente ser graduado da universidade para pretender as

que tenham seguido dois anos de filosofia e três anos de teologia ou os regentes que tenham ensinado sete anos podem solicitar essa disposição, ao título de *quinquennium* ou de *septennium*. Para esse detalhe e a evolução no século XVI, ver M-M. Compère, « Les collèges de l'université de Paris au XVIe siècle : structure institutionnelle et fonctions éducatives », *I collegi universitari in Europa tra il XIV e il XVIII secolo, atti del convegno di studi della commissione internazionale per la storia delle università, Sienna-Bologna, 16-19 Mai 1988*, Milan, 1991.

¹⁵ Ch. Rollin, *Traité des études*, Paris, 1726, livre VIII, seconde partie, chap. I : « Des devoirs du principal », art. II : « Des études ».

¹⁶ Essas obras têm os seguintes títulos: *Mémoire historique sur les bénéfices, De patronis nationum, De decanatu gallicanae, Remarques sur les bedeaux de l'université, Historia Universitatis parisiensis, Sur la préséance et dignité du recteur, Recueil de pièces et actes sur l'état ancien et présent de l'Université*.

¹⁷ Ch. Jourdain, *Histoire de l'université de Paris*, op. cit., p. 230 et p.454, acte de fondation PJ, p. 103.

primeiras honras da Igreja¹⁸ ». Além dos discursos que redesenham uma universidade conforme desejam os regentes, os índices que dispomos sobre a sociabilidade dos professores ou suas relações de amizade atestam sua ligação com a « Companhia » de mestres. Rollin evoca os encontros regulares e de amigos de regentes fora das obrigações profissionais: « O Tito Livio foi lido todo inteiro [...] em semelhantes conferências, que se tem uma vez por semana no colégio de Beauvais, onde alguns professores de outros colégios vêm se encontrar algumas vezes¹⁹ ». Em 1700, Pierre-Égasse Du Boulay, irmão do autor citado acima e também professor, « foi enterrado na capela desse colégio [da Ave Maria]. Foi amigo pessoal do diretor²⁰. Deixou para esse colégio por testamento 22 000 livres²¹ para a criação de quatro bolsas²² ». Mais ainda que a amizade com o diretor, os legados e a escolha da sepultura demonstram a força ligada à *Alma mater*.

A identidade do professor se nutre assim de uma forte coerência geográfica, pois todos os colégios se encontram em Paris no coração do *quartier latin*²³, e de uma coerência cultural pois, se não há uma formação específica dos professores, todos realizam os mesmos estudos e se transformam nos anos que passam no interior do colégio. Eles partilham de uma episteme específica da corporação. Tornar-se professor em Paris, no século XVIII, é entrar em um círculo fechado (cem pessoas²⁴), precisamente definido pelo conjunto de normas estatutárias ou sociais mas quais se inscreve a profissão. É também participar de um modo de vida que se organiza em torno do colégio, local de trabalho e de vida, pois a maioria dos professores se alimenta e habita nas proximidades. Eles se aperfeiçoam em um meio que fabricam, mas que administram perfeitamente, reivindicam e defendem sua especificidade. O grupo de professores partilha igualmente as práticas pedagógicas comuns (aquelas que são citadas por Rollin no seu *Traité des études*), ditadas pelo uso e os estatutos. O conhecimento aprofundado das humanidades clássicas constitui então a única condição verdadeiramente indispensável do professor, da 6^ª à retórica. Ela permite ao professor reproduzir o mesmo ensino que recebeu dos seus mestres. Ele reexplica assim, quatro horas por dia, os textos latinos que estudou, dita os comentários apropriados, fornece para uns vinte alunos onde podem encontrar

¹⁸ M. Hazon, *Éloge historique de l'Université de Paris*, Paris, 1770, p. 19.

¹⁹ Ch. Rollin, *op. cit.*, chapitre « Des devoirs des maîtres », article « Des études que doivent faire les maîtres ».

²⁰ No original « Principal », que define o chefe de um estabelecimento, diretor de colégio. Optamos por usar diretor (N.T.)

²¹ Livres: moeda de conta em uso na França até a Revolução de 1789.

²² Arch. Nat., MM 243, pièce 7.

²³ Podemos citar dois mapas do *quartier latin* que ilustram a concentração dos colégios, F. de Dainville, « La carte du jansénisme à Paris en 1739 d'après les papiers de la nonciature », *Bulletin de la société de l'histoire de Paris et de l'Île de France*, 1969, p. 114-115 et C. Maire, *De la cause de Dieu à la cause de la Nation. Le jansénisme au XVIII^e siècle*, Paris, 1998, « Carte du Paris janséniste de la première moitié du XVIII^e siècle », insérée entre les p. 272 et 273.

²⁴ Depois dos regulamentos da universidade de 1600 (Archives de la Sorbonne, carton 15, dossier n^o2, pièce n^o2), « cada colégio em exercício é composto de dez mestres, a saber seis regentes ou professores para o ensino das línguas gregas e latina, para a retórica, poesia, história e as humanidades, dois para a filosofia e de um titular diretor com um assistente, esse número de mestres para cada colégio não pode ser mudado ». O número de cargos de professores nos dez colégios em pleno exercício são oitenta, sendo sessenta para as humanidades (gramática e retórica) e vinte em filosofia. A esses postos, convém acrescentar aqueles dos colégios menores (uns trinta estabelecimentos, mais ou menos moribundos). Em 1699, uma memória (cité par Ch. Jourdain, *op. cit.*, pièce justificative n^o CXLVI, p. 126) sobre a remuneração dos professores indica por exemplo que « contando o conjuntos de todos os professores dos antigos colégios, de qualquer nação, eles constituem um grupo de cento e nove pessoas [...] sem contar os do Mazarin ».

as lições para aprender, as versões e os temas que os ocupam nas horas de estudos. Essa vida se desenrola de acordo com o ritmo particular do calendário escolar, com suas férias de agosto à outubro, seus numerosos feriados (F. de Dainville recensou somente 177 dias de aula durante o ano escolar de 1751-1752²⁵). Nos dias de aula, o professor ministra somente dois cursos (chamados « classes ») de duas horas ou duas horas e meia por dia²⁶. Mesmo que pareça arcaico, o estatuto dos professores da faculdade de artes oferece uma condição sólida ao exercício dessa profissão e autoriza a sobrevivência de uma comunidade de mestres. De Richelieu (primeiro ministro de Louis XIII de 1624 à 1642) à Condorcet (autor de um ensaio sobre educação em 1792), cada um está de acordo sobre a pujança do corporativismo dos professores em Paris – em geral para os combater.

Além disso, a faculdade de letras de Paris garante, durante o século XVIII, condições financeiras muito vantajosas aos professores, contrariamente à imagem facilmente mantida. Até 1719, os rendimentos dos regentes combinam quatro fontes diferentes. Os direitos de propinas representam ainda o recurso mais importante dos professores. Mas, se belas fortunas professorais puderam ser edificadas no curso da primeira metade século XVI, a situação tornou-se mais difícil depois de 1560, quando se reduzem os efetivos escolares²⁷. Quando de sua abertura em 1688, os salários propostos ao – rico – colégio das Quatro Nações em compensação à gratuidade dos estudos (que suprime de fato a propina) dá uma idéia do que pode esperar um regente de seus alunos no melhor dos casos: de 600 livres para um professor de 6^e à 1000 livres no primeiro e em filosofia²⁸. Aos subsídios fornecidos aos estudantes acrescentam-se, por sua vez, a contribuição que se destina ao colégio. Salvo o caso atípico do colégio das Quatro Nações, o de La Marche é o único que assalaria seus professores no fim do século XVII. Mas os regentes dispõem, em todo o caso, de algumas vantagens naturais, como o acesso ao refeitório, frequentemente um alojamento. Eles podem assim acolher sob seu teto pensionistas aos quais ministram a escolaridade através de algumas repetições, exercendo uma forma de tutoria remunerada. Difícil de estimar precisamente, a prática parece ser muito frequente e perdura apesar das críticas, depois de 1763, de Dominique Rivard (1697-1778), que multiplica as memórias sobre a reforma da educação, denuncia essa dupla atividade e propõe « impedir que um professor atual não se encarregue de escolares para ser preceptor: é muito difícil de preencher exatamente os deveres desses dois estados quando eles estão reunidos numa mesma pessoa²⁹ ».

A faculdade de artes completa esses diversos rendimentos com pagamentos aos regentes. Ela dispõe para isso do monopólio parcial do Correio de Paris, privilégio que

²⁵ F. de Dainville, *L'éducation des jésuites*, Paris, 1976, p. 530.

²⁶ Article 98 dos regulamentos da universidade. Sobre o que convencionamos chamar de ritmos escolares, ver também P. Bondois, « La question des horaires de classe et des vacances universitaires dans les collèges parisiens au XVIII^e siècle », *Annales historiques de la Révolution française*, 1925, t. 2, p. 61-71.

²⁷ O número de estudantes registrados nas faculdade de artes deve ser dividido por dez no início do humanismo e a idade clássica, passando de 2000 entre 1520 e 1550 à 200 ou 300 entre 1600 e 1680. Dados tirados de L. W. B. Brockliss, *The university of Paris in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, Cambridge, 1976 (não publicado), p. 240-241, citado em « Université et société dans l'Europe moderne », *RHMC*, art. cit., p. 365.

²⁸ Arch. nat., Comptes du collège des Quatre Nations, H/3/^o/2825 à 2835.

²⁹ « Sur l'honoraire des professeurs de l'Université de Paris », p. 150, 1763, in D. Rivard, *Recueil de mémoires touchant l'éducation de la jeunesse, surtout par rapport aux études*, Paris.

alimenta os empreendedores. Esse recurso é exclusivamente reservado para o pagamento dos professores do colégio depois de 1634³⁰. As lacunas da documentação não permitem avaliar os pagamentos efetuados entre 1634 e 1676, mas esta contribuição aumenta em torno de quatrocentos livres por professor nos anos de 1680 e 1690. O sistema é reformado em 1719, quando a universidade passa para o Estado seus direitos sobre as correspondências em troca de uma indenização muito vantajosa de 150 000 livres, isto é o triplo do produto arrecadado anteriormente. O escalada dos salários em vigor no colégio das Quatro Nações e o princípio da gratuidade dos estudos para todos os alunos são novamente retomados. Os regentes de 6^o, 5^o e 4^o percebem anualmente um salário fixo de 600 livres, aqueles de 3^o e segunda tem 800 livres e os de retórica e de filosofia 1000 livres. Uma vez convertido os salários dos professores em atividade, o remanescente é distribuído em parte iguais entre os professores eméritos (antigos professores que não estão mais em atividade), os principais e os regentes em atividade, participam também dessa segunda redistribuição. A porção dita do emérito aumenta assim no ano 1720 à 492 livres por indivíduo. A contribuição destinada pelo Estado aumenta sensivelmente no transcurso do século (de 37% em 1757, de 50% em 1766 e 1773³¹). Ela permite que a porção do emérito alcance 1500 livres em 1789, enquanto que a parte fixa destinada aos professores ativos não muda. De 1720 à 1790, o salário global de um professor de segunda aumenta assim 80%, a porção de um emérito de 300%. Na Revolução, o salário de um regente em atividade ultrapassa 2000 livres, quase dez vezes o rendimento de um operário parisiense, mais de três vezes a porção destinada a um padre. Os salários propostos na província nos anos 1760, para atrair candidatos a professores ao ensino, oferecem úteis comparações: os estabelecimentos os mais generosos da França (colégios de La Flèche e de Lille) propõem 900 livres aos regentes de 6^o, 1200 livres aos professores de retórica³². O sistema parisiense oferece assim a tripla vantagem de garantir um nível de remuneração elevado, uma total independência financeira em relação à família e uma velhice ao abrigo da necessidade.

2- A emergência das carreiras docentes e suas consequências

O estatuto e os salários propostos aos regentes permitem à Faculdade de artes atrair candidatos ao ensino e os manter. Apesar das queixas recorrentes dos universitários, vários índices atestam a atração dessa profissão. As querelas para obter os cargos são numerosas e a reivindicação para os bolsistas dos colégios terem prioridade no emprego é uma constante no período³³. As vacâncias dos cargos são raras e breves: nenhuma foi encontrada nas contas do colégio das Quatro Nações, integralmente conservadas de 1688 à 1791³⁴, nem no Calendário da Universidade publicado em 1765³⁵, nem em 1791,

³⁰ Conclusions quatuor nationum de emolumentis quae ex nunciatorum officis proveniunt in professorum artium stipendia convertendis, citado por C. Jourdain, *op. cit.*, pièces justificatives n° 82, p. 64.

³¹ Em 29 de maio de 1766, um decreto do Conselho estabelece em 253 273 livres a parte da universidade no produto geral dos correios. Citado por C. Jourdain, *op. cit.*, pièces jointes, p. 226, pièce n° 207.

³² Salários citados por D. Julia, « La naissance du corps professoral », *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 39, septembre 1981, p. 74, note 10.

³³ Por exemplo, o longo conflito sobre isso no colégio Cardinal-Lemoine. Citado Ch. Jourdain, *op. cit.*, pièces justificatives, p. 181.

³⁴ Arch. Nat., comptes du collège de Mazarin à partir de 1688, H/3/2825 à H/3/2835.

³⁵ *Calendrier de l'Université*, Bibl. Historique de la Ville de Paris, Rés. 916 363.

quando o pessoal é recenseado com o objetivo de caçar os que não juraram³⁶. O número significativo de candidaturas à uma regência na nação de França testemunha igualmente a real atração da função. Com efeito, não contamos jamais menos de uma dezena de pedidos de regentes por ano nessa nação entre 1700 e a criação da agregação em 1766, quando dois ou três lugares somente são liberados cada ano³⁷.

Por outro lado, as indicações disponíveis sobre as origens sociais dos professores mostram que a faculdade de artes conseguia recrutar nos estratos intermediários ou privilegiados da sociedade do Antigo Regime. Longe da imagem do pobre aluno com mérito e dotado, vindo de uma longínqua província para realizar na grande cidade seu apostolado laico, esses homens são majoritariamente oriundos das pequenas elites urbanas da metade norte da França ou de Paris. Se o recrutamento do grupo de professores estável é mais aristocrático ou burguês que daqueles licenciados em teologia que só ensinam a filosofia durante dois anos, os filhos de artesãos como Rollin são raros. Nessa perspectiva, a apresentação à carreira docente como o « destino social do bolsista³⁸ » merece ser discutida e devemos, ao menos, precisar que o bolsista do século XVIII não corresponde ao modelo meritocrático forjado no século XIX.

Frequentemente alimentado pelas elites sociais, o corpo docente se nutre sempre da elite escolar: apesar da falta de acompanhamento sistemático, as numerosas menções ao concurso geral (criado em 1748) ou as distribuições de prêmios do colégio de Plessis, no início do século XVIII³⁹, mostram sem ambiguidade que os professores parisienses são antigos bons alunos. O aumento das listas de laureados do concurso geral e dos professores mostra que 20% dos professores recrutados depois de 1750 receberam pelo menos um prêmio ou uma recompensa secundária ao curso de sua escolaridade⁴⁰. Essa situação é observável antes mesmo da instituição do concurso de agregação, em 1766, que valoriza exclusivamente o domínio das competências escolares. Depois de 1762, ao menos, quando as comparações se tornam possíveis, os regentes parisienses são também notadamente mais diplomados que seus colegas provinciais, pois eles são mestres de artes e uma boa parte segue os cursos de uma faculdade superior.

Os colégios parisienses conseguem também reter os professores por longos anos na carreira. De 1717 à 1775, oito anuários de mestres da faculdade foram editados e oferecem um corte pontual dos mestres em serviço no momento de sua publicação, precisando a data de seu recrutamento⁴¹. A antiguidade média na função, calculada a partir dessa fonte, se estabelece em doze anos. Essa média mostra que as carreiras de vinte ou trinta anos

³⁶ Arch. Nat., H/3/2563, dossier VI.

³⁷ *Liber censorius*, Bibl. Mazarine, M3313 à M3318.

³⁸ D. Julia, « La naissance du corps professoral », art. cit., p.75.

³⁹ Bibl. de la Sorbonne, Ms 116.

⁴⁰ A lista dos laureados do concurso geral, que conta com 2492 indivíduos, é inédita e nos foi amavelmente comunicada por Marie-Madeleine Compère.

⁴¹ Anuários dos mestres da nação de França (*Catalogus magistrorum honorandae gallorum nationis*), Bibl. Sorbonne, U 253, U 254, U 37 (2), U 255, U 25 pra respectivamente os anos de 1717, 1737, 1757, 1766 e 1775 e para o ano de 1733, B.H.V.P., cote 2259; Mestres da nação da Normandia em 1739, Bibl. Sorbonne, U 37 (6); *Calendrier de l'Université pour l'année 1765*, B.H.V.P., Rés. 916 963; para 1792 a população pode ser reconstituída a partir das enquetes revolucionárias: Arch. Nat H/3/2563, dossier VI et recensement des ayant droits en 1795, Bibl. Sorbonne, carton 26, liasse III.

são frequentes e que a cada doze anos de experiência em média, os regentes estão longe dos « noviços que instruem os outros⁴² » antes de usufruir rapidamente os benefícios eclesiásticos, como afirma um reformador dos anos de 1760.

Se essa carreira se resume mais frequentemente a um só cargo em um só colégio, uma certa mobilidade é possível. Ao menos um professor sobre cinco atua em mais um nível. As promoções resultam geralmente modestas (os regentes não ganham que algumas posições na ordem das classes), mas alguns ascendem as funções de diretor. Entre os principais da nação da França, que entraram na universidade depois de 1660, três quartos são de antigos professores⁴³. A direção controla fortemente o cotidiano do professor para assegurar seu recrutamento. Globalmente, entre os setecentos professores encontrados mais de duas vezes nos arquivos, em datas diferentes, uma centena ao menos atua em mais de um colégio (essas mutações são também difíceis de apreender que as mudanças de funções). Apesar de sua pujança e sua coerência, o colégio humanista triunfante não produziu uma identidade exclusiva sobre o estabelecido, nem de atomização da profissão. A rede de colégios parisienses forma um conjunto coerente e homogêneo, no interior do qual os professores podem progredir, seguros de encontrar outro cargo equivalente (mesmo se existe diferenças de reputação e uma forte concorrência interna).

Complexas ou reduzidas a um só posto, as carreiras docentes desenrolam-se logicamente sobre o emérito. Esse sistema existe desde o início do século XVII, o que faz certamente o grupo de professores um dos primeiros setores a se beneficiar de uma aposentadoria oficial. Depois de vinte anos de exercício (quatorze anos antes de 1757 nas nações da Picardia e da Alemanha⁴⁴), os regentes tem a possibilidade de cessar sua atividade. Eles se engajam em oferecer seus serviços à universidade compondo os jurisdicções de exames ou ocupando funções administrativas. Participam nas trocas das distribuições pecuniárias organizadas pela faculdade. Essas pensões conhecem, como pude ver, um forte aumento à partir de 1719. Na nação da Normandia, da qual estão conservadas as contas completas de 1719 à 1776⁴⁵, a relação entre os eméritos e os ativos é em média de um contra três. A taxa de acesso final ao estatuto de emérito não pode ser determinado a partir desse resultado, mas o fato de um quarto dos membros da Nação seja emérito demonstra que esse status é frequente.

A emergência de verdadeiras carreiras docente no século XVIII deve, no entanto, ser relativizada pelo fato que uma parte somente dos professores diz respeito a essas carreiras. Existe ainda nos « pequenos » colégios da universidade (que não oferecem o curso de gramática e de humanidades, por oposição aos « grandes » colégios ou colégios de « exercício ») jovens professores de filosofia que não ensinam que um ou dois anos a fim de serem admitidos como pensionistas na Sorbonne. Esses professores, já graduados

⁴² Archives de la Bibl. de la Sorbonne, Carton 15, dossier 13, pièce n° 86, f° 2.

⁴³ Sobre os trinta principais da nação de França que exerceram no século XVIII, vinte três (75%) são de antigos professores.

⁴⁴ C. Jourdain, *op. cit.*, édition de 1866, t. 2, p. 277.

⁴⁵ Arch. nat. H/3/*/2597.

em teologia, pretendem prosseguir seus estudos de teologia e encetar em seguida uma brilhante carreira clerical. Eles representam uma sobrevivência de práticas medievais. Constituem, portanto, uma parte importante da população dos professores e abrilhantam sem dúvida as representações da função docente diante de seus contemporâneos.

O estudo da relação dos professores à teologia e à vida clerical mostra também que esse grupo apresenta uma autonomia crescente, mas não absoluta, ao contrário do modelo eclesiástico. Do fim do século XVII à metade do século XVIII, a parte dos graduados em teologia passa de 22% à 15% para os regentes de humanidades (quando as fontes são de melhor qualidade e os diplomas desses professores são conhecidos com mais certeza). Muito raros são os que prosseguiram (7,5%) ou começaram (5%) os estudos de teologia nesse grupo. Um terço somente desses professores de humanidades recebeu uma ordem sagrada. Apesar da forte defesa da « expectativa dos graduados », é claro que a perspectiva de um benefício não aparece como o desenrolar natural de toda carreira docente, pois essa última é suficiente para preencher uma vida ativa. A associação que une professor e carreira eclesiástica é daqui em diante rompida na prática, senão nos espíritos, e a vida clerical torna-se um atavismo em via de regressão. A evolução das representações do mestre ideal testemunham essa autonomização: a piedade figura sistematicamente em nome das qualidades essenciais, na primeira metade do século XVIII (com Rollin em 1726), apesar dela se apagar a partir dos anos 1760, por exemplo nas reflexões de D. Rivard sobre a educação em 1763. Esse último estabelece uma hierarquia clara das « qualidades de um bom mestre, que podemos reduzir a cinco, a saber : 1° a ciência, 2° a facilidade de explicar as matérias com clareza, 3° a arte de conduzir e de governar os jovens alunos, 4° aquela de formar o coração, 5° a inclinação para os deveres de um mestre que de fato faz as pessoas terem prazer em se absolver de fazer seus deveres⁴⁶». A definição fica mais restrita no fim do período estudado, sobre critérios estritamente profissionais em detrimento das qualidades morais e religiosas. Na realidade, o laicado torna-se nessa data majoritário no grupo dos professores de humanidades.

A presença mantida de clérigos mostra, no entanto, que o processo de automatização não chegou ainda a seu termo. Mais que as estatísticas, os traços das origens clericais da função educativa se lêem na integração dos *habitus* do padre tridentino ou em uma concepção de professor sempre marcado pela preocupação pastoral. A separação com a Igreja é real, mas não é assumida. Os professores se percebem ainda como os agentes da Reforma católica, adversários das Luzes, que devem proteger os jovens. Quaisquer signos materiais e indiretos de adesão ao modelo assim definidos são identificáveis: a presença nos interiores professorais revela, pelos inventários após morte, uma abundante iconografia religiosa, de reza-deus, de batinas para aqueles que são padres... O estado eclesiástico, ou ao menos o celibato, permanece diretamente associado para os contemporâneos à atividade de ensino (sem corresponder portanto a uma exigência regulamentar, pois alguns casos de regentes casados são atestados). O vínculo que une os professores à Igreja tem portanto mudado de natureza: daqui em diante, não reside mais nas representações

⁴⁶ D. Rivard, « Réponses à quelques objections », p. XXVIII, 1763, publicado no *Recueil de mémoires touchant l'éducation de la jeunesse*, *op. cit.*

do professor e de sua missão, que marcam a sociedade como os professores mesmos. Compreendemos assim facilmente porque essas representações permanecem no século XIX conforme uma « cléricatura laica⁴⁷ », apesar das transformações radicais da condição dos professores no início do século.

3- Uma adaptação muito tardia às mutações intelectuais

A dificuldade de assumir uma ruptura real com o modelo eclesiástico constitui um dos índices de apego dos professores à tradição. Esse apego é igualmente sensível no domínio intelectual e cultural, em que os obstáculos à inovação são numerosos para os regentes. Eles são encarregados da transmissão do saber escolar « legítimo », necessário à formação do « homem honesto » do século XVIII. Em assegurar a reprodução cultural das elites que constituem o essencial de seu público⁴⁸, os professores devem aceitar levar em conta as demandas implícitas dessa clientela, sob pena de ver os colégios desertos. Essas famílias exigem uma educação que seja eficaz – o que depende dos objetivos que busca –, tudo resta ortodoxo⁴⁹, passando ao largo de toda renovação dos estudos. Ademais, a ausência de uma ligação institucional com a pesquisa científica, a escola pouco favorece à inovação pedagógica e espera que os regentes recorram aos métodos aprovados⁵⁰. No interior do curso universitário, só os dois anos de filosofia estão suscetíveis de acolher os avanços científicos. Encerrado no quadro rígido das quatro faculdades tradicionais, a universidade parece incapaz de se adaptar ao desenvolvimento dos conhecimentos e de propor novas disciplinas, como fez no início do século XVI com o humanismo. A inércia ligada aos homens de gerações antigas, como a prudência das instituições colocadas sobre o olhar do público e dos poderes, impedem as revoluções coletivas. O peso do meio universitário (local de formação, de trabalho, de residência e sem dúvida de tempos livres) não deve ser mais subestimado e, passada a crise jansenista⁵¹, esse mundo dos colégios parisienses não tem o espírito de revolta. A reprodução dos saberes recebidas de gerações de professores que se sucedem, depois do século XVI, parece assim o único horizonte desse ensino até os anos de 1750, a partir dos quais as contestações se tornam mais numerosas. A profissão de fé que dirige aos mestres, em 1763, Antoine Vicaire (?-1795), professor de eloquência no colégio de Navarra, é particularmente esclarecedora. Ele refuta as acusações de conservadorismo formuladas na universidade em tempos de intensas reformas e exorta seus colegas: « manter-se firmemente apegados aos vossos usos, sigam constantemente

⁴⁷ Na Universidade imperial instituída por Napoleão, os professores de colégio são condenados ao celibato (art. 101 du décret impérial du 17 mars 1808, citado por D. Julia, *Atlas de la Révolution française*, t. 2, *L'enseignement*, Paris, 1987. A carta exposta nessa obra na p. 35 atesta também o peso dos padres no ensino em 1812).

⁴⁸ Esse julgamento de P. Bourdieu e J.-C. Passeron sobre os efeitos sociais do ensino (*Les Héritiers*), deve sem dúvida ser nuancado, sobretudo para o período contemporâneo, em que a promoção social pela educação é uma realidade incontestável, mesmo se pudermos debater a frequência dessas promoções. Parece ao contrário pertinente para a sociedade do Antigo regime, em que o público escolar é alimentado pelos grupos sociais mais estreitos que no século XX.

⁴⁹ D. Julia, J. Revel, *L'éducation en France*, op. cit., p. 159.

⁵⁰ Idéia avançada por L. W. Brockliss, *French Higher Education in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Oxford, 1987, p. 51. As opiniões expressas pelos professores confirmam esse julgamento.

⁵¹ Jansenismo : sensibilidade religiosa na Igreja católica francesa a partir de 1640, que provoca importantes debates teológicos e políticos. Na faculdade de artes, a crise culmina entre 1713 e 1739.

vossos princípios, a experiência de tantos séculos justifica a bondade⁵²». Na realidade, o programa e os saberes fundamentais que os professores transmitem aos alunos permanecem sem mudanças, ao longo de todo o período moderno. Esses conhecimentos se inscrevem por longo tempo na linha do humanismo, como A. Chervel afirma, « até 1880, e mesmo até 1902, não há para a universidade que uma só maneira de formar os espíritos, que uma só « disciplina », no sentido forte do termo: as humanidades clássicas⁵³ ». O sucesso durável do *Traité des études* (1726) de Charles Rollin confirma a perenidade do paradigma humanista que oferece a síntese pedagógica a mais perfeita.

Nesse contexto, a faculdade de artes é confinada à uma revisão dos conteúdos oficialmente ensinados. O cartesianismo penetra com dificuldade nos cursos de filosofia, no início do século XVIII. Guillaume Dagoumer (1660-1745) e Edme Pourchot (1651-1734), professores de filosofia nos colégios de Harcourt e de Mazarin nos anos 1690, são os introdutores de Descartes e da mecânica⁵⁴. Essas novidades são portanto combatidas pelas autoridades e pela instituição, pois em 1685 os professores de filosofia recebem do rei a ordem de não ensinar Descartes⁵⁵ e, em 1704 e 1705, a universidade exige dos professores de filosofia duas submissões desses estatutos e o respeito ao aristotelismo original⁵⁶. Petit de Montempuis (1676-1763), professor de filosofia no colégio de Plessis, expos com complacência os vexames que ele foi submetido por seu cartesianismo em seu « *Diário* as contradições que tive de sustentar sobre minha filosofia da parte de pessoas da casa da Sorbonne depois do anos de 1704 até 1707 »⁵⁷. Para L. Brockliss, o balançar do corpo docente parisiense em favor do cartesianismo é realizado entre 1690 e 1720⁵⁸. A passagem do século corresponde sem dúvida ao período em que a luta é mais intensa, como mostra uma violenta sátira publicada em 1702⁵⁹. Os últimos cursos fundados sobre uma concepção estritamente aristotélica de mundo são encontrados em 1720⁶⁰. Se por prudência, em 1700, todos os professores da faculdade de artes se declaram então aristotélicos (como exigem as decisões de 1704 e 1705), Descartes é oficialmente ensinado na faculdade a partir de 1721, isto é, quando desaparece a geração de professores que entraram antes de 1690, os mais apegados às formas antigas de saber. Nesse caso, o professor parisiense demonstra uma grande timidez, pois no momento que o cartesianismo é enfim aceito ele é já dominante na França.

Os regentes parisienses se ilustram, em compensação, no engajamento do segundo jansenismo, que constitui o outro grande debate intelectual e religioso na França da

⁵² A. Vicaire, *Discours sur l'éducation par M. Vicaire...*, Paris, 1763, p. 114.

⁵³ A. Chervel, « L'histoire des disciplines scolaires : réflexions sur un domaine de recherche », *Histoire de l'éducation*, n°38, mai 1988, p. 63-64.

⁵⁴ L.W. Brockliss, *op. cit.*, p. 350. O cartesianismo desse dois indivíduos foi também assinalado por Jourdain, *op. cit.*, édition de 1866, t. 1, p. 449. Jourdain afirma que Pourchot ensina abertamente o cartesianismo desde 1677. Constat-se que Pourchot foi eleito reitor em 1692. C. Maire, *op. cit.*, p. 75 e 91, assinala o cartesianismo de Marmion no colégio de Grassins nos anos 1690.

⁵⁵ Ch. Jourdain, *op. cit.*, édition de 1866, t. 2, p. 36.

⁵⁶ *Ibid.*, t. 2, p. 74.

⁵⁷ Cf. « Journal des contradictions que j'ai eu à soutenir sur ma philosophie ... », publicado por Ch. Jourdain, *op. cit.*, édition de 1862, pièce jointe CXLIX, p. 129-153.

⁵⁸ L.W.B. Brockliss, *op. cit.*, p. 350.

⁵⁹ Arch. Nat., MM 243, pièce 21.

⁶⁰ C. Jourdain, *op. cit.*, édition de 1862, p. 350.

primeira metade do século XVIII. Até os anos de 1670, a faculdade de artes não participa dos debates e se contenta de afixar sua benevolência com as teses jansenistas e do meio de Port-Royal⁶¹, mas a partir de 1713 várias figuras de professores se inflamam. Em 1736, um terço dos professores e principais é catalogado como « jansenista⁶² ». A separação entre « católicos » e « jansenistas » reproduz também, nessa data, uma clivagem de geração e de função, pois consta-se que os jovens estudantes da faculdade de artes são muito menos engajados nessa luta. Pela parte dos jansenistas, os professores podem parecer fortes comparados ao comportamento global do clero francês (em torno de 5% dos efetivos da Igreja). Mas ela é similar à projeção realizada para os padres parisienses, em 1739, pelo nuncio Lercari (dois terços dos padres de paróquias parisienses seriam de saudável doutrina, contra um terço dos jansenistas⁶³).

Entretanto, convém assinalar as consequências políticas e intelectuais desse engajamento de natureza religiosa e política. O caso se conclui com uma parte da corporação que parece definitivamente aniquilar sua capacidade de resistência ideológica mais tarde. Em 1712, Charles Rollin abandona a direção do colégio de Beauvais em razão de suas simpatias jansenistas⁶⁴. Em 1714, o rei demite o reitor e pressiona os membros da faculdade de artes a eleger um homem que lhe seja favorável, nomeando Poirier⁶⁵. Sinal de descontentamento dos professores, em 10 de outubro de 1715 (Louis XIV morre em 1º de setembro), o reitor Poirier é deposto e assume Louis-Gabriel Petit de Montempuys, jansenista notório⁶⁶. A revolta se beneficia da proteção ou pelo menos da benevolência do arcebispo de Paris e do clima da Regência. Mas, a partir de 1730, as sanções recomeçam: os irmãos Loudier e Guillaume, professores de filosofia em Plessis, depois de respectivamente dez e dezessete anos, perdem seu cargo⁶⁷, o pessoal da comunidade de Sainte Barbe é purificado⁶⁸. Em 11 de maio de 1739, o rei designa um novo reitor favorável a sua opinião, o que faz oficialmente a faculdade de artes renunciar a todo jansenismo e aceitar a bula *Unigenitus*⁶⁹. A partir dessa data, as oposições ideológicas não se expressarão mais, a não ser no privado. O silenciamento de figuras as mais brilhantes da cena parisiense nessa luta e a não colocação das jovens gerações resultou definitivamente numa marginalização ideológica da faculdade em torno de 1750.

Esses anos correspondem justamente ao momento em que os professores dos colégios parisienses começam a ser contestados. De Voltaire aos revolucionários, passando pelos parlamentares reformadores, que colocam em causa a pedagogia dos colégios, a utilidade dos saberes ensinados e sua distância com o avanço dos conhecimentos científicos, antes de se interrogarem sobre as finalidades sociais. A agregação e a Revolução

⁶¹ C. Jourdain, *op. cit.*, édition de 1866, t. 1, p.416.

⁶² Bibl. Arsenal, carton 10294, dossier « Faculté des arts ». Depois da lista endereçada por um informante anônimo trabalhando para a polícia ou Vintimille, sem data (mas que pode ser datada em 1736 graças à reitoria de de Piat e o crescimento das informações fornecidas aliás sobre os indivíduos que figuram nesta lista)

⁶³ F. de Dainville, « La carte du jansénisme à Paris en 1739 d'après les papiers de la nonciature », *art. cit.*, p. 114-115.

⁶⁴ H. Ferté, *Rollin, sa vie, ses œuvres et l'université de son temps*, Paris, 1902.

⁶⁵ Lettre du roi sur l'élection du recteur du 23 juin 1714, C. Jourdain, *op. cit.*, éd. de 1862, P.J., p. 159.

⁶⁶ *Ibid.*, éd. de 1862, pièces jointes, p. 161.

⁶⁷ *Ibid.*, éd. de 1866, t. 2, p. 214.

⁶⁸ *Ibid.*, éd. de 1866, t. 2, p. 217.

⁶⁹ *Ibid.*, éd. de 1866, t. 2, p. 242.

constituem dois episódios reveladores de uma percepção negativa do corpo social (ao menos das elites) dos colégios de humanidades e de seu pessoal. Se os indivíduos não são atacados, a vontade de redesenhar completamente o corpo docente mostra bem que eles aparecem como um obstáculo à renovação do sistema educativo. Podemos assim datar do meio do século o divórcio entre uma parte da sociedade francesa – as elites que tomam a palavra – e seus professores, visando se adaptar às novas exigências da sociedade, depois de terem sido durante dois séculos encarregados de transmitir e reproduzir um mesmo saber. É verdade que essa decalagem entre a evolução dos conhecimentos e as idéias, e, de outra parte, a tímida renovação das práticas pedagógicas é surpreendente. Claro que a literatura crítica das Luzes não é tolerada nem nas classes e nem dentro dos colégios. Isso é testemunhado pelo regulamento dos bolsistas de teologia do colégio Louis-le-Grand, em vigor a partir de 1765: « se qualquer um abusar da permissão de estudar em particular, o Senhor diretor o expulsará da sala comum. [...] Além da Bíblia, eles têm livros da igreja comuns e da Imitação. São proibidos, sob as mais severas sanções, os livros para o ensino ou que insinuam a impiedade, a libertinagem, o desprezo às autoridades que Deus criou na Terra [...]»⁷⁰. É impossível de evocar esses autores nos cursos, somente para os refutar em alguns casos raros⁷¹. O debate se situa bem antes, sobre a natureza da física a ensinar, sobre a escolha de clássicos que convém oferecer de modelo aos alunos. Segundo L. Brockliss, certas críticas às teorias de Descartes para Newton são admitidas em 1765, mas o debate e as resistências perduram até a Revolução, quando Newton é enfim universalmente reconhecido⁷². Em física, todos os membros do corpo docente não evoluem no mesmo ritmo: Nollet e Brisson são então os inovadores, enquanto Seguy e Roussel rejeitam as teorias de Newton sobre a luz e permanecem fiéis à Descartes, representando uma ala conservadora no meio do século⁷³. No domínio das belas-letas, o ensino é marcado pela integração dos autores franceses « clássicos » (Bossuet, Corneille ou Racine). O francês se torna, nesse momento, uma verdadeira disciplina, como mostra a instituição de um prêmio de amplificação francesa em 1765, no colégio de Plessis⁷⁴. A chegada de uma novo objeto de estudo impulsionou a literatura nacional, a partir dos anos 1750, e ocorreu um desenvolvimento dos cursos de francês em detrimento daqueles dispensados ao latim⁷⁵. Se as mentalidades evoluíram depois do início do século XVII, quando um professor que anunciava sua intenção de utilizar o francês no seu curso de filosofia foi ameaçado de exclusão da universidade⁷⁶, esse ensino se generaliza lentamente, a partir dos anos 1730, não é ainda corrente entre 1750 e 1763. A integração dessa inovação se explica sobretudo

⁷⁰ Article VIII du règlement des boursiers théologiens de Louis-le-Grand, Arch. Nat, H/3/2554, dossier « collège de Séze ».

⁷¹ D. Mornet, *Les origines intellectuelles de la Révolution française*, Paris 1933, réed. 1989, p. 385-386

⁷² L. W.B. Brockliss, *op. cit.*, p. 366-371.

⁷³ *Ibid.*, p. 369.

⁷⁴ D. Mornet, *op. cit.*, p. 86, p. 205-207 et p. 368. L'apparition de ce prix est daté de 1768 par L. Trenard, « L'enseignement en langue nationale : une réforme pédagogique 1750-1790 », *Historical Reflections*, vol 7, Nos 2&3, 1980. « The making of frenchmen : Current directions in the history of education in France, 1679-1979. » ed. Donald N. Baker, Patrick J. Harrigan, p. 113.

⁷⁵ L. W.B. Brockliss, *op. cit.*, p. 111. A autonomização do francês como disciplina é considerada por esse autor no último quartel do século XVIII, de maneira talvez precoce (p. 118). Ver também L. Trenard, *art. cit.*

⁷⁶ Em 1612, M^e Camus teve essa audácia. Cité par C. Jourdain, *op. cit.*, édition de 1866, t. 1, p. 129.

pelo fato que atende as demanda das famílias e a um julgamento histórico e estético que está em curso em 1750.

Em geral, nenhuma das missões culturais novas aparece no século XVIII nem mobiliza os professores. Eles não pertencem nem ao mundo das disciplinas, nem daqueles panfletários de renome internacional, menos ainda daqueles da boemia literária mais ou menos subversiva. Os transbordamentos fora do campo escolar resultam pouco numerosos. Enquanto que as instâncias de legitimação intelectual voltam a pleno regime no século XVIII, raros são aqueles que conseguem se elevar acima do estatuto de educador e acender a um reconhecimento cultural e social superior: uns vinte homens somente tiveram referência nas diversas academias. O estudo da integração dos professores parisienses na nebulosa academia do século XVIII, mostra que as disciplinas tradicionais tem sempre o favor dos professores que não participam da pesquisa científica ou da explosão dos questionamentos políticos contemporâneos das Luzes. Não contamos que cinco membros da Academia de Ciências contra doze literatos membros da Academia Francesa (quatro) ou da Academia de Inscrições e Belas-Letras (oito), aos quais é conveniente acrescentar quatro acadêmicos da província. A relação entre científicos e literários se estabelece de um contra quatro.

Fora de suas classes, só duas funções retêm a atenção. Os encarregados da preceptoría, nas residências privadas ou nos colégios, parecem frequentes. Uma parte dos professores alimenta assim o grupo de intelectuais domésticos que se oferecem à aristocracia para assegurar a educação de seus filhos ou facilitar suas próprias práticas culturais através das funções de secretários. Por outra parte, apesar de sua fraca representação nas instâncias acadêmicas, os professores se revelam escritores prolixos. Várias sondagens no catálogo geral das editoras da *Bibliothèque nationale de France* permite medir a parte dos autores professores (o critério adotado para aceder a esse status foi a publicação de pelo menos um título). Uma sondagem, portanto, para o grupo de professores que ensinam as humanidades (da classe de 6^o à de retórica), revela que quase a metade (43%) figura no catálogo dos editores da BnF. Sua produção computa 513 títulos, quase mais de seis títulos por autor. A mesma enquete com o grupo dos principais mostra uma proporção de publicações idêntica: sobre 162 indivíduos selecionados, 68 são autores (42%). A parte dos autores no pessoal dos colégios parisienses no fim do Antigo Regime é também particularmente importante.

Entre os autores recenseados no catálogo da BnF, os produtores de discursos e de peças elogiosas são os mais numerosos. Esses opúsculos são obras de circunstância, geralmente dedicadas a um importante personagem e que tomam a forma de poema, de dissertação, de arenga⁷⁷ ou de um panegírico, pequenas peças com algumas páginas que imitam muito as antigas redigidas em latim. Seus autores esperam ganhar renome e reconhecimento social ou se inscrever simplesmente em uma lógica clientelista⁷⁸. Entre os professores de humanidade, esse tipo de literatura mobiliza quase 60% dos autores, apesar que menos de 8% se consagra aos debates públicos, o resto se divide

⁷⁷ Arenga : discursos ou orações proferidas em público (N.T).

⁷⁸ Sobre esse tipo de literatura e suas condições de produção, A. Viala, *Naissance de l'écrivain*, Paris, 1985, p. 51-80.

entre teologia e erudição ou pedagogia. Os regentes de retórica preenchem uma função bem precisa: produzir discursos para proveito das elites sociais do Antigo Regime. Sem falar do enfrentamento, essa atividade diminui durante o curso do século XVIII^e siècle, pois a parte daqueles que se consagram passa a 65% dos autores professores de retórica antes de 1720 à 48% depois dessa data. Os outros temas próximos da atividade docente mobilizam ainda fortemente os professores de humanidades depois de 1720: 13% são bastante especializados na pedagogia, 12% nos trabalhos de tradução e de erudição. Em definitivo, a incidência da literatura de elogio e das obras de erudição constitui um índice seguro de se manter no universo social e intelectual tradicional.

Apesar da fraca especialização dos intelectuais da época da Enciclopédia, os regentes da faculdade de artes são disponíveis e solícitos – por isso reconhecidos –, fora de sua classe, somente nos dois domínios de competência direta: a educação e as humanidades. A evolução das partes respectivas das obras escritas em latim e em francês constitui o último índice da fraca adaptação da produção dos professores à cultura de seu tempo. Antes de 1715, no caso desses professores, o rateio é de 76% dos títulos publicados em latim contra 24% em francês; entre 1715 e 1749, encontramos 47% de títulos em latim e 53% em francês; de 1750 à 1790, a parte de latim cai à 19%, e a de francês atinge 81%. Assitimos a um recuo importante do latim, no transcurso do século, nas publicações dos professores, mas esta baixa é muito mais tardia e mais tímida que no conjunto da edição francesa: na produção geral francesa, a parte dos livros em latim não representa mais do que 10% do total desde 1750⁷⁹. O corpo docente participa então muito pouco do movimento das Luzes e os raros autores que participam o fazem praticamente em torno do grupo de defensores da tradição.

§

A imagem que convém conservar do corpo docente parisiense do século XVIII parece muito contrastada o que não permite entender os julgamentos sobre o declínio universitário moderno. O período corresponde a uma transformação profunda da função do professor, que o século XIX receberá os frutos. A maior parte dos traços constitutivos de uma profissão estabelecida são claramente detectáveis no grupo estudado, que consideramos por inteiro, no desenvolvimento de uma consciência própria, à especialização em uma atividade que requer competências particulares ou ao reconhecimento dessa especificidade pela sociedade e pelo Estado. Mesmo que o processo de laicização continue inacabado em 1789, o afastamento da Igreja é incontestável. E se os professores abandonam progressivamente a órbita eclesiástica, eles entram na do Estado, que inicia precocemente (em 1719) a atividade de funcionarização, completada pelo concurso de agregação em 1766. Assinalemos também que a condição de professor em Paris, no fim do Antigo Regime, é particularmente vantajosa. Longe da imagem tradicional, o professor em Paris parece uma atividade invejável. Mas essa prosperidade resulta da exploração hábil de um privilégio arcaico. Ela mostra que a demanda de educação dirigida

⁷⁹ H.-J. Martin, *Livre, pouvoirs et société à Paris au XVIII^e siècle*, Genève, 1969, p. 38.

aos colégios seculares é daqui em diante insuficiente para assegurar o financiamento. Isso provoca inevitavelmente uma perda de legitimidade da instituição. Daqui em diante, na ausência de solicitações exteriores fortes, a utilidade social dos colégios universitários parisienses não é claramente percebida pelos contemporâneos. Podemos assinalar aqui a boa adaptação às estruturas do Antigo Regime, mas também marcar a dependência política que essa adaptação implica.

A prudência dos regentes diante das novidades científicas e filosóficas apresenta uma lógica comparável, pois que responde até 1750 ao menos às solicitações da sociedade (famílias, Estado, Igreja). Do mesmo modo, o engajamento jansenista, da geração ativa das primeiras décadas do século XVIII, é o sinal de uma plena participação da vida da Igreja. Nessa data, os professores estão em perfeita harmonia com a sensibilidade de seu tempo e preenchem as missões e as funções que lhes são implicitamente delegadas. Mas ao mesmo tempo, esse posicionamento aprisiona a profissão em um campo conservador e impede as possibilidades futuras de adaptação e de participação nos debates futuros. Dessa forma, a busca do progresso científicos e a emergência das Luzes chamam ao combate esses homens, que voluntariamente retardaram a penetração dessas idéias nas suas classes, o que resulta não estarem preparados a seguir a evolução. Sua cultura humanista e a organização institucional do ensino nas faculdades de artes constituem os obstáculos suplementários dessa adaptação. Esses « profissionais da retórica » são em realidade próximos do erudito, tal como definido por D. Masseau, « intelectual modesto [...] pouco sensível às flutuações da opinião pública, [que] trabalha em um meio restrito, em prol de uma concepção coletiva da pesquisa e do saber⁸⁰ ». Eles também se aproximam dos homens de letras, definido por J.-J. Garnier (1729-1805), astro intelectual que se consagra ao estudo, fugindo do mundo e se vê como o defensor da ordem estabelecida, recusando a assimilação ao filósofo crítico do tipo voltairiano⁸¹. Sem assumir a dimensão criadora e crítica do filósofo, eles recusam mesmo globalmente de retransmitir as novidades e de assumir seu papel de « intermediários culturais⁸² » como fizeram, em um contexto diferente, outras profissões (os funcionários ou os padres rurais por exemplo).

Nas últimas três décadas do século XVIII, esta corporação não escapou da contestação dos homens das Luzes, retransmitida pelos parlamentares e depois pelos revolucionários. Os conteúdos ensinados, os métodos pedagógicos e o público dos colégios devem ser alterados. O pessoal do ensino não está mais no centro da crítica, mas é por seu renovamento que esperam transformar a educação. Nos anos 1760, a via deixada pela expulsão dos jesuítas da França provoca uma reforma do ensino « secundário » e a criação do concurso de agregação para regenerar o corpo docente. Três décadas mais tarde, a Revolução coloca um ponto final nessa história plurisecular, decretando a supressão dos colégios parisienses. Essas transformações se impõem em nome de uma visão crítica do funcionamento do sistema educativo que é identificado com as forças conservadoras. As escolhas operadas foram a imposição do juramento cívico durante a Revolução (um terço

⁸⁰ D. Masseau, *L'invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIII^e siècle*, Paris, 1994, p. 43.

⁸¹ J.-J. Garnier, *L'homme de lettres*, Paris, 1764, p. 118-121 et p. 198.

⁸² M. Vovelle (dir.), *L'homme des Lumières*, Paris, 1996, p. 32.

do pessoal ativo recusa a prestação do juramento ao novo regime político e perde seu cargo no início do ano 1791⁸³), o que mostra, portanto, que só uma minoria de professores está pronto a sacrificar sua carreira para mostrar seu engajamento ao Antigo Regime. É antes a fidelidade ao poder que importa em todas as circunstâncias, como atestam os vários professores que continuam as suas atividades de acordo com os diferentes regimes políticos, até 1815. A prudência e a submissão à ordem caracterizam assim a profissão. Com trinta anos de diferença, as duas reformas de 1762 e 1789 estavam animadas por uma ambição comum, se solidificar apesar dos resultados modestos, pois se observa o reemprego do pessoal dos antigos colégios parisienses nos liceus por Bonaparte. Essa situação relativiza fortemente a renovação operada pelos revolucionários e ilustra bem a força da herança legada pela corporação parisiense e a dificuldade em fazer tábula rasa.

Recebido em novembro de 2010

Aprovado em março de 2011

⁸³ Arch. Nat. H/3/2563, dossier VI et Bibl. Sorbonne, carton 26.